

Primeiro Reinado (1822-1831) e Regências (1831-1840)

João Pedro Ricaldes dos Santos – História 2011

O primeiro governante do Brasil independente tem a continuidade como marca predominante. É português e membro da dinastia que explorava o País desde o período do bandeirantismo (a família Bragança). Deu continuidade à estrutura econômica latifundiária dependente do exterior e à escravidão.

A dependência à Inglaterra foi documentada pela ratificação dos Tratados de 1810 (privilégios à importação de produtos ingleses). Foi a exigência inglesa para reconhecer a independência brasileira, ao passo que Portugal exigiu uma indenização. Já os EUA preparam sua política de aproximação propondo a defesa da chamada Doutrina Monroe (união das Américas para evitar recolonização).

A economia latifundiária manteve-se em crise profunda durante todo o governo de Pedro I. O ciclo da mineração havia se esgotado em 1800 e o do café só se iniciaria em 1830. Os demais produtos de exportação (açúcar + tabaco + algodão) enfraqueciam-se devido à queda dos preços internacionais. A crise da exportação agravava as finanças da jovem nação, aumentando a dívida externa.

A falta de soluções governamentais para a crise da exportação desagradou as elites rurais, que ficariam ainda mais descontentes com as manobras de Pedro I na política interna. O primeiro rei brasileiro, de família absolutista, não recebeu bem o projeto de Constituição dos deputados, a chamada Constituinte da Mandioca.

Este projeto previa a criação de uma Monarquia Constitucional, com voto censitário e divisão em três poderes. O rei queria todos para ele e fechou a Constituinte. Mandou redigir outra, sob medida, que lhe garantia o controle de tudo pelo quarto poder, o Moderador. E assim foi imposta a primeira e mais duradoura das sete constituições brasileiras. Foi imposta a ferro e fogo: Pedro I massacrou a “Confederação do Equador”, um movimento republicano, separatista, contrário ao fechamento da Constituinte, ao 4º Poder e à falta de autonomia das Províncias.

Já impopular Pedro I agrava ainda mais sua situação com a derrota na Guerra da Cisplatina, com a derrota de seus partidários na eleição legislativa de 1830 e com a sucessão do trono de Portugal. Pedro assumiria os dois tronos ao mesmo tempo, ameaçando com a recolonização.

Os deputados lhe propuseram a renúncia, em troca da manutenção do trono na dinastia, com Pedro II (ainda menor de idade). Em 1831 Pedro I retorna a Portugal definitivamente.

Criou-se um governo provisório (as Regências) até a maioridade de Pedro II. Dois grupos disputaram a domínio regencial. Os Liberais (ou progressistas), que defendiam uma monarquia constitucional e autonomia às províncias. E os Conservadores (ou regressistas), que defendiam uma monarquia constitucional centralizada. Ambos representam as mesmas elites nacionais, a escravidão e o latifúndio.

Ambos criaram uma Emenda à Constituição (o Ato Adicional de 1824) que substituiu a regência Trina pela a Uma, escolhida pelos eleitores, além de criar o poder legislativo estadual.

Os liberais governaram com maioria entre 1835 e 1837, preservando as medidas do Ato Adicional (de descentralização). Os conservadores tiveram maioria entre 1837 e 1840, quando então extinguíram as Assembléias Estaduais, reforçando a centralização.

Indiferente a estas disputas das elites o povo brasileiro busca suas próprias soluções e exige autonomia, terra e liberdade, através da revoltas regenciais: a Cabanagem no Pará (1835/1840), Sabinada na Bahia (1837/1838) e Balaiada no Maranhão (1839/1841). A elite gaúcha se rebela na Revolução Farroupilha no RS (1835/1840).